

Cuidar e reprimir: 25 anos de políticas públicas na Cracolândia*

Ygor Diego Delgado Alves^{1,2}

 <https://orcid.org/0000-0002-6730-3255>

Pedro Paulo Gomes Pereira¹

 <https://orcid.org/0000-0002-0298-2138>

Objetivo: este artigo busca descrever e analisar as intervenções na Cracolândia paulistana, acompanhando as políticas públicas, desde o surgimento da cena aberta de consumo de *crack* como um problema, em 1995 até meados de 2020. **Metodologia:** a pesquisa bibliográfica permitiu registrar as intervenções nesses 25 anos de comércio e de consumo de *crack* na região. **Resultados:** a pesquisa mostrou como as políticas atuam, simultaneamente, para oferecer cuidado e para reprimir os usuários de *crack*. **Conclusão:** pode-se dividir os primeiros 25 anos de existência da Cracolândia em dois grandes períodos, no que diz respeito às intervenções do poder público: o primeiro, de 1995 a 2012, marcado por operações violentas; e o segundo, de 2013 a 2020, caracterizado por programas, embora a violência tenha persistido como marca de uma prolongada necropolítica na região.

Descritores: *Crack*; Crime; Políticas Públicas; Violência.

* Apoio financeiro Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo 150500/2020-3, Brasil.

¹ Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

² Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

Como citar este artigo

Alves YDD, Pereira PPG. Caring and repressing: 25 years of public policies in *Cracolândia*. SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. 2023 Jul.-Sept.;19(3):28-37 [cited _____. Available from: _____].
<https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2023.191864>

ano mês dia

URL

Caring and repressing: 25 years of public policies in *Cracolândia*

Objective: this article seeks to describe and analyze interventions in São Paulo's *Cracolândia* region, accompanying decades of public policies, from the rise of open *crack* cocaine consumption as a social problem in 1995 until the middle of 2020. **Methodology:** the bibliographic research allowed recording the interventions in these 25 years of *crack* trade and consumption in the region. **Results:** the research showed how policies act simultaneously to provide care and repress *crack* users. **Conclusion:** we can divide the first 25 years of *Cracolândia*'s existence into two major periods, with regard to government interventions: the first, from 1995 to 2012, marked by violent operations; and the second, from 2013 to 2020, characterized by programs, although violence has persisted as a mark of a prolonged necropolitics in the region.

Descriptors: *Crack*; Crime; Public Policy; Violence.

Cuidar y reprimir: 25 años de políticas públicas en *Cracolândia*

Objetivo: este artículo busca describir y analizar intervenciones en la región de *Cracolândia* de São Paulo, acompañando décadas de políticas públicas, desde el auge del consumo de *crack* abierto como problema social en 1995 hasta mediados de 2020. **Metodología:** la investigación bibliográfica permitió registrar las intervenciones en estos 25 años de comercio y consumo de *crack* en la región. **Resultados:** la investigación mostró cómo las políticas actúan simultáneamente para brindar atención y reprimir a los consumidores de *crack*. **Conclusión:** podemos dividir los primeros 25 años de existencia de *Cracolândia* en dos grandes períodos, en lo que respecta a las intervenciones gubernamentales: el primero, de 1995 a 2012, marcado por operaciones violentas; y el segundo, de 2013 a 2020, caracterizado por programas, aunque la violencia ha persistido como marca de una necropolítica prolongada en la región.

Descriptor: *Crack*; Crimen; Política Pública; Violencia.

Introdução

Neste artigo, buscou-se efetuar uma aproximação à literatura disponível sobre a Cracolândia e sobre as diversas políticas que ali se sucederam no período 1995-2020, ao se perceber que não havia estudo que abrangesse esse intervalo. Encontrou-se um único trabalho⁽¹⁾ que procurou esquematizar, por meio de um diagrama, a sucessão de intervenções na região, mas, apenas para o período de 2005 a 2015. Outra pesquisa⁽²⁾ discorreu sobre o intervalo 1995-2014⁽³⁾. Dessa forma, não se encontraram trabalhos que tivessem uma descrição analítica da sucessão de políticas impetradas sobre os consumidores de *crack* no território de 1995 até 2020.

Como se vê adiante, as práticas são de propostas e ações de cuidado, mas que vêm quase sempre acompanhadas de ações repressivas. Decerto que as políticas repressivas, adotadas na maior parte da existência da Cracolândia, poderiam ser mais bem interpretadas se levasse em conta que, no Brasil, os problemas sociais ligados ao uso do *crack* estão associados à participação precária dos consumidores da droga na maioria das esferas sociais⁽⁴⁾. A Cracolândia surge, então, vinculada à extrema desigualdade da sociedade brasileira e aos problemas urbanos que, por décadas, assolam a cidade de São Paulo. Nesse contexto extremado, recorre-se à ideia de necropolítica, que diz respeito à produção da morte em larga escala e é uma das características de um mundo em crise sistêmica que, ao invés de cultivar a vida, torna os massacres vitais e objetiva a “destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos”⁽⁵⁾. A Cracolândia aparece, assim, como um extremo que necessita ser controlado, e o usuário de *crack* sintetiza aquilo que deve ser ora higienizado, ora objeto de ações violentas⁽⁶⁾.

As propostas tendem a se movimentar entre o cuidado e a repressão. O proibicionismo, que visaria uma utopia de eliminação do consumo e de produção de drogas⁽⁷⁾, parece sempre ensejar práticas repressivas sobre usuários de *crack*. Porém, mesmo em contexto proibicionista, surgiram, na Cracolândia, programas como o De Braços Abertos (DBA), Recomeço e Redenção. O primeiro envolveu uma política baseada na redução de danos, que se revelou capaz de proporcionar um pacote de direitos e ações assistenciais aos beneficiários do programa. Novas tendências internacionais apontaram a redução de danos como um paradigma ético norteador do cuidado⁽⁷⁾. Dessa forma, o DBA teria por consequência a redução do uso prejudicial do *crack* e a melhoria do acesso ao cuidado em saúde⁽⁸⁾, o que confirma a importância de políticas sociais integradas no enfrentamento do problema⁽⁹⁾.

Embora o 3º Levantamento Nacional Domiciliar sobre o Uso de Drogas⁽¹⁰⁾ tenha revelado que 0,1% da amostra consumiu *crack* nos últimos trinta dias, o que não permite

afirmar que exista uma epidemia do *crack* no País, assim como não havia entre estudantes brasileiros⁽¹¹⁾, a Cracolândia segue vista como “ameaça, perigo ambulante de transmissibilidade” e contaminação⁽¹²⁾, o que faz com que o consumidor de *crack* e a própria Cracolândia, sujeitos às ações repressivas do poder público, movimentem-se no centro de São Paulo. As territorialidades dos consumidores da droga costumam ser marcadas pela instabilidade e mobilidade geográfica, justamente causadas pela repressão policial violenta⁽¹³⁾, características de políticas públicas que pretende-se descrever adiante. Serão, então, descritas e analisadas as intervenções na Cracolândia paulistana, acompanhando as políticas públicas, desde o surgimento da cena aberta de consumo de *crack* como problema, em 1995, até meados de 2020. A partir desse esforço, pretende-se perscrutar a possibilidade da divisão desse longo período em fases distintas, que possibilitem identificar o nexo entre o cuidado e a repressão.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Para o levantamento da bibliografia foram selecionados artigos científicos, livros, notícias de jornais e revistas que versassem sobre o consumo de drogas na região central da cidade de São Paulo e, mais especificamente, na área que passou a ser chamada de Cracolândia. Acabou-se por focar na produção acadêmica e jornalística que tratasse do período entre meados dos anos 1990 até 2020, verificando a parcela do tratamento midiático dado à região e as políticas públicas que foram se sucedendo. A busca pelos textos foi realizada a partir das seguintes palavras-chave: Cracolândia, De Braços Abertos e Redenção. Não se incluiu na busca o programa Recomeço pelo fato de este não ser uma política integrada⁽⁹⁾ para a Cracolândia. Usou-se a ferramenta de buscas *Google* com intervalos personalizados de data para as notícias da mídia, leis, decretos e documentos e utilizou-se as bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e do *Google Acadêmico* para os artigos científicos. Nesse último, fez-se, inicialmente a pesquisa da palavra Cracolândia, posteriormente buscada com os termos De Braços Abertos e Redenção. A busca na base SciELO foi realizada em todos os índices utilizando a palavra “Cracolândia” e a *string* “Cracolândia AND De Braços Abertos” e “Cracolândia AND Redenção”.

Este trabalho não é uma revisão sistemática, mas considera-se importante um esclarecimento sobre os materiais recuperados. A pesquisa da palavra “Cracolândia” no *Google* gerou três resultados para o período 1990-1995; 30 para 1996-2000; 50 para 2001-2005; 130 para 2006-2010; 90 para 2011-2015; e 90 para 2016-2020. A pesquisa “Cracolândia De Braços Abertos” gerou 100 resultados e “Cracolândia

Redenção” gerou 60 resultados. O material obtido no *Google* foi analisado de acordo com os seguintes critérios: 1) de inclusão: publicações em português, inglês e espanhol sobre a Cracolândia, publicados entre 1990 e 2020; 2) de exclusão: publicações oriundas de fonte não oficial; material publicado por jornais e revistas sem conselho editorial. Dados os critérios de inclusão e exclusão, 300 publicações foram identificadas como relevantes. Obteve-se aproximadamente 2.100 resultados para “Cracolândia” no *Google Acadêmico*; 456 para “Cracolândia De Braços Abertos”; e 190 para “Cracolândia Redenção”. Os artigos foram analisados de acordo com os seguintes critérios: 1) de inclusão: publicações em português, inglês e espanhol sobre a Cracolândia, publicadas entre 1990 e 2020; 2) de exclusão: trabalho de conclusão de curso; apresentação de *slide*; trabalho apresentado em congresso. Dados os critérios de inclusão e exclusão, 2.005 trabalhos foram identificados como relevantes. Todos os 11 resultados para a palavra Cracolândia, na base SciELO, foram incluídos, assim como os dois resultados da *string* “Cracolândia AND De Braços Abertos”. Não houve resultado para “Cracolândia AND Redenção”.

Os artigos do *Google Acadêmico* e da base SciELO foram lidos seguindo a mesma ordem, intervalo de cinco anos, de 1990 a 2020, da pesquisa das notícias no *Google*. Após a leitura e o fichamento do material, os dados foram agrupados por semelhança. O material foi analisado segundo os parâmetros temáticos e cronológicos, com base no referencial teórico de Salvador⁽¹⁴⁾, gerando três categorias de análise: 1) a Cracolândia na mídia; 2) crime organizado e repressão na Cracolândia; 3) programa De Braços Abertos e Redenção. Construiu-se uma linha do

tempo em que se visualizou o conjunto das sucessivas políticas públicas direcionadas às pessoas que frequentam ou habitam a Cracolândia. Adotou-se o conceito de necropolítica como referencial de análise⁽⁵⁾.

Resultados

A Cracolândia surge na mídia

No ano de 1995, o jornal *O Estado de São Paulo* localizava, pela primeira vez, uma cena aberta de uso do *crack* no bairro da Santa Ifigênia⁽¹⁵⁾. O destaque na mídia levou a discussões, e a Cracolândia se tornou um problema urbano e de saúde a ser resolvido. Nesse intuito, em 1997, teve início a Operação Tolerância Zero, comandada pelo então governador Mário Covas (PSDB). A operação provocou o deslocamento dos consumidores de *crack* por poucas quadras, no mesmo bairro⁽¹⁶⁾. Nos anos subsequentes, o uso do *crack* persistiu e, no final dos anos 1990, foi considerado um problema associado à presença de “crianças de rua”⁽¹⁶⁾. Em pouco tempo, no início do século XXI, mais precisamente no ano de 2001, o bairro estava tomado pela Cracolândia.

Naquela época, o Ministério Público moveu um processo contra os policiais civis do Departamento de Investigações sobre Narcóticos (DENARC), por extorquirem os traficantes na Rua dos Protestantes, localizada em um dos limites da cena de uso. Meses antes, o diretor do mesmo DENARC havia declarado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, da Assembleia Legislativa, que tinha a satisfação de dizer que “conseguimos, felizmente, a erradicação da Cracolândia”⁽¹⁷⁾. Tentou-se mostrar um pouco dessa trajetória na Figura 1.

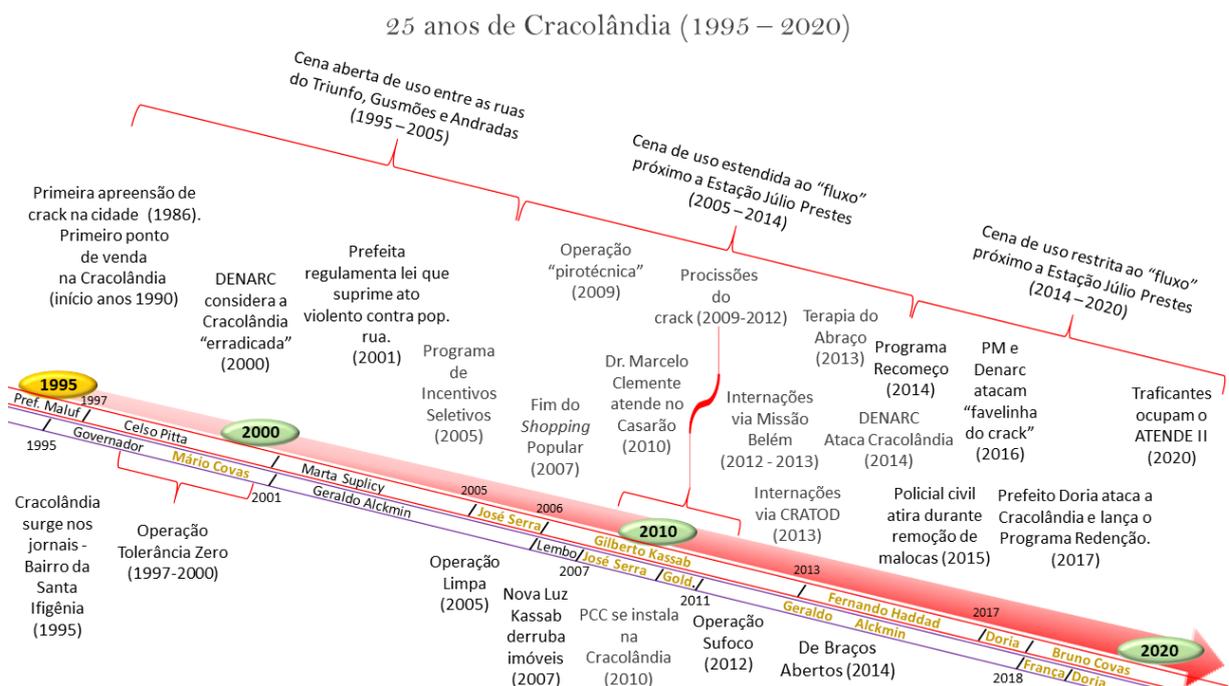


Figura 1 – Linha do tempo dos 25 anos de Cracolândia (1995 - 2020)

Nos anos de 1999 e 2000, o governo estadual, em parceria com a prefeitura sob o comando de Celso Pitta (PTN), realizava três batidas policiais por semana, na região da Santa Ifigênia, chegando a prender 2.100 pessoas, uma média de 175 por mês⁽¹⁶⁾. Tais ações foram objeto de críticas que indicavam a ineficiência das medidas e sua violência. As intervenções na Cracolândia sofreram um interregno durante a gestão municipal subsequente, da prefeita Marta Suplicy (então no PT), entre janeiro de 2001 e dezembro de 2004. A prefeita, assim que empossada, assinou um decreto regulamentando projeto de lei que, entre outras medidas, garantia a supressão de atos violentos ou vexatórios contra a população de rua⁽¹⁸⁾.

Sucessor de Marta Suplicy, José Serra (PSDB) criou seu próprio programa para a Cracolândia: a Operação Limpa ou Plano Cracolândia. Essa operação teve impacto sobre o comércio e o consumo da droga, porque deslocaria parte da cena de uso para a Praça Júlio Prestes. Serra promulgou, em dezembro de 2005, uma lei que instituía um Programa de Incentivos Seletivos para a região adjacente à Estação da Luz, com o intuito de atrair o capital imobiliário. O Programa compreendia 105 mil metros quadrados no bairro de Santa Ifigênia e cerca de 750 imóveis⁽¹⁹⁾ passíveis de demolição. Com a posse de seu vice, Gilberto Kassab (PSD), como prefeito, os Incentivos Seletivos foram ampliados para 269,3 mil metros quadrados, dando origem a um novo programa, o Nova Luz, pelo Decreto nº 48.349, de 16 de maio de 2007⁽¹⁶⁾. Kassab chegou a, pessoalmente, demolir alguns imóveis na chamada operação Derruba Quarteirão⁽²⁰⁾, sendo, inclusive, fotografado ao volante de um trator. Na oportunidade, declarou que: "Não existe mais a velha Cracolândia [...]"⁽¹⁶⁾.

Contudo, a cena e o uso de *crack* não desapareceram, e, em julho de 2009, coube à Polícia Civil, vinculada à Secretaria da Segurança Pública do Estado, a tarefa de extinguir a Cracolândia. Foi organizada uma operação que resultou no encaminhamento de 265 pessoas para "centros de atendimento" municipais, sem levar em conta que havia vaga apenas para sessenta. A secretária responsável, Alda Marco Antônio, declarou não ter sido comunicada com antecedência, e o secretário municipal da Saúde, Januário Montone, classificou a ação, por meio de nota, de "espetáculo pirotécnico"⁽¹⁶⁾. Poucos meses após, ocorreria a demolição da antiga rodoviária, desativada em 1982, que estava ocupada por um *shopping* popular. Por trás dos muros que deveriam ter sido derrubados, mas não foram, entre os escombros abandonados, surgiu uma cena de uso de *crack* de, aproximadamente 200 a 400 pessoas⁽¹⁵⁾. Eram usuários de *crack* expulsos pela Operação Derruba Quarteirão que haviam passado a frequentar esparsamente a Praça Júlio Prestes. Poder-se-ia localizar o nascimento do "fluxo", nome dado à área mais

concentrada da cena aberta de uso, nesse momento de ocupação do terreno da antiga rodoviária.

O crime organizado se apossa da Cracolândia, e a repressão recrudescer

A concentração dos consumidores de *crack* em uma cena aberta de uso coincidiu com a chegada do crime organizado. O Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa que surgiu após a posse de Mário Covas como governador do Estado, instalou-se na Cracolândia em 2010⁽²¹⁾; ainda antes da demolição dos casarões das esquinas da Alameda Dino Bueno com a Rua Helvetia, que passaram a abrigar traficantes e usuários de *crack*, após sua expulsão do terreno do antigo *shopping* popular.

O fracasso do "espetáculo pirotécnico" de julho de 2009, dedicado à remoção da cena aberta de uso de *crack*, não inibiu uma nova ação semelhante. Em janeiro de 2012, foi detonada a Operação Sufoco, parte da Operação Integrada Centro Legal dos governos estadual de Geraldo Alckmin (PSDB) e municipal, sob a segunda gestão Kassab (PSD). Foram realizadas centenas de abordagens policiais e de prisões; viaturas policiais foram arremessadas contra as pessoas que fugiam rumo à calçada para, então, serem perseguidas e atropeladas por motocicletas⁽¹⁸⁾. Muitas das internações feitas nesse contexto político eram de usuários de *crack* forçados a aceitar essa opção "em vez de serem presos como traficantes"⁽²²⁾. Tais ações foram assim justificadas pelo então coordenador de Políticas sobre Drogas, da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Alberto Chaves de Oliveira: "Como é que você consegue levar o usuário a se tratar? Não é pela razão, é pelo sofrimento. Quem busca ajuda não suporta mais aquela situação. Dor e sofrimento fazem a pessoa pedir ajuda"⁽¹⁸⁾.

Um dos principais saldos da Operação Sufoco ou Operação Dor e Sofrimento, como também ficou conhecida, foi acabar, por decisão judicial, com as chamadas procissões do *crack*, que vinham há anos deslocando as pessoas de um local para o outro, enquanto consumiam a droga. O mau êxito da Operação Sufoco acabou por, aparentemente, ensejar a entrada da chamada "espiritualidade"⁽²²⁾ na Cracolândia, por meio de convênio estabelecido entre o governo estadual e a Organização Não Governamental (ONG) Missão Belém. Sua intervenção no território da Luz consistia em abordar, por meio de ex-usuários de drogas convertidos ao cristianismo, os frequentadores do local que faziam uso de *crack* e convencê-los a "serem internados em uma casa da entidade"⁽¹⁶⁾.

O fracasso da operação policial de 2012 aparentemente abriu, também, a oportunidade para os médicos e os integrantes do poder judiciário, em

meados de 2013, implementarem uma ação conjunta no interior do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), localizado no bairro da Luz. Os usuários de *crack* eram encaminhados pela equipe de saúde do recém inaugurado Programa Recomeço, localizado em um prédio de 11 andares no centro da cena aberta de uso, para as "internações psiquiátricas sem o devido acionamento e a organização dos serviços extra-hospitalares"⁽²³⁾, o que ocasionou o encerramento da iniciativa em 2014. O Recomeço ofereceria chuveiro, banheiro, barbearia, centro esportivo e uma variedade de *workshops* e oportunidades de formação; permaneceria transferindo os pacientes para as clínicas de desintoxicação e as comunidades terapêuticas⁽²⁴⁾.

Do programa De Braços Abertos ao Redenção

Duas iniciativas pessoais pareciam indicar um novo rumo à Cracolândia no sentido de uma política pública integrada⁽⁹⁾, o DBA. Por essa razão, deter-se-á em descrever seu surgimento e as características principais. A primeira iniciativa foi da assistente social, Maria Albertina França, e a segunda, do médico Marcelo Clemente⁽²¹⁾, este, então com apenas 27 anos, fazia parte da equipe 8 da Unidade Básica de Saúde (UBS) República. Em 2010, Clemente atendia, de forma inédita, no interior da cena de uso, no entanto, faleceu pouco depois de um edema pulmonar. A assistente social Maria Albertina França, ou Dona Tina, como era chamada pelos frequentadores da Cracolândia, em 2013, aos setenta anos de idade, visitava, sozinha, a cena de uso semanalmente; no período noturno, às vezes ia para abraçar as pessoas. Em entendimentos com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Defensoria Pública, a assistente social começou a se reunir com o poder público municipal no intuito de, nas suas palavras, "levar as contribuições dos moradores da Cracolândia"⁽¹⁶⁾. Surgiu dessa experiência o nome do programa De Braços Abertos, baseado em redução de danos⁽⁸⁾, que se propunha a mudar o caráter repressivo que, como se viu, era comum às ações do poder público na Cracolândia.

Assim, a prefeitura, sob gestão de Fernando Haddad (PT), havia instalado, em meados de 2013, um novo equipamento na Rua Helvetia, o Centro Integrado de Reinserção Social De Braços Abertos, chamado Ponto de Apoio. No final do ano, contava, na área da saúde, com 16 equipes de consultório na rua. Porém, só em 15 de janeiro de 2014, surgiu o DBA⁽¹⁶⁾. A iniciativa transferiu pouco mais de 300 pessoas que residiam nos barracos da Rua Helvetia e na Alameda Dino Bueno, próximos da Estação Júlio Prestes, ocupados, em sua maioria, por consumidores de *crack*, para hotéis do entorno. Três refeições diárias lhes seriam garantidas em um restaurante do programa estadual Bom Prato,

também localizado nas cercanias da mesma Estação. No dia seguinte, 16 de janeiro, os beneficiários do novo programa se encontravam, pela manhã, uniformizados e com equipamentos de trabalho em mãos, prontos para executar as funções de zeladoria pelo bairro, pelas quais seriam pagos às sextas-feiras.

O DBA "era composto por três eixos de atuação pela oferta de um "pacote de direitos" que incluíam: 1) Moradia/alimentação; 2) Frente de trabalho/qualificação profissional; e 3) Assistência: saúde e assistência social"⁽²⁵⁾. Aos beneficiários do programa foram disponibilizadas vagas em quartos coletivos de hotéis, a maioria próxima ao "fluxo", sendo um desses hotéis localizado em um bairro mais afastado. As frentes de trabalho foram realizadas por meio do Programa Operação Trabalho, instituído em 2003, pela prefeita Marta Suplicy, e ocupavam quatro horas diárias com atividades, geralmente voltadas à zeladoria e à varrição de espaços públicos.

Pouco mais de uma semana depois do início do DBA, exatamente oito dias, em 23 de janeiro de 2014, à tarde, foi deflagrada a primeira de uma série de ações repressivas na Cracolândia, por parte de instituições sob as ordens do governo estadual, Polícia Militar (PM) e Polícia Civil. Em 29 de abril de 2015, um acordo entre a prefeitura e as lideranças dos frequentadores do "fluxo" foi quebrado pelo governo estadual, por intermédio da PM que disparou com armas de fogo ferindo duas pessoas⁽¹⁶⁾.

A última grande ação violenta da PM e DENARC, durante a gestão de Haddad, deu-se em 05 de agosto de 2016, a 11 dias do início da campanha para prefeito(a), na qual Haddad foi derrotado por João Doria Jr. (PSDB), no primeiro turno. Além disso, a substituição do DBA pelo seu sucessor, o Programa Redenção, deu-se a partir de "[...] uma megaoperação policial realizada na Cracolândia, em 21 de maio de 2017"⁽²⁵⁾; o novo programa municipal pretendia trabalhar em consonância com o Programa Recomeço.

Em 21 de junho de 2017, o programa Redenção fez um mês de lançamento com o retorno dos usuários de *crack*, praticamente, ao ponto original de onde haviam sido expulsos. Retornaram para a praça localizada na esquina da Rua Helvetia com a Alameda Cleveland, apelidada, desde então, de Praça do Cachimbo, a exatos cinquenta metros da esquina da mesma Rua Helvetia com a Alameda Dino Bueno, ponto original de onde haviam sido retirados, 31 dias antes. O que ficaria do Programa Redenção no "fluxo" seria um equipamento somado às antigas instalações do DBA, na Rua Helvetia, 53, o Atende II. Eram dezenas de leitos em *containers* com módulos separados para as mulheres e para a população LGBT. O espaço manteve a antiga Tenda do DBA e servia as três refeições gratuitamente, com a diferença de que não havia mais o recurso de enviar pessoas aos hotéis, tampouco trabalho e renda.

Antes de ser desmontado, a situação do Atende II se deteriorou a ponto de o equipamento ser utilizado como depósito de drogas pelo tráfico. Os funcionários consideravam-se reféns dos traficantes enquanto trabalhavam diariamente no pequeno prédio que outrora havia sido sede do DBA⁽¹⁶⁾. Em 8 de abril de 2020, quando

a epidemia da COVID-19 havia matado 371 pessoas no Estado de São Paulo, a prefeitura promoveu a retirada das pessoas acolhidas no Atende II em um ônibus lotado, com destino ao Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica, da SMS e Assistência e Desenvolvimento Social, a cerca de três quilômetros da Praça do Cachimbo (Figura 2).



Figura 2 - Praça do Cachimbo na Alameda Cleveland, em março de 2020

Discussão

Achados relevantes da pesquisa

Viu-se como as pessoas que frequentam ou residem na Cracolândia são submetidas às ações do poder público, seja na forma de operações, seja na de programas, que as colocam em constante movimento na região⁽¹³⁾, consideradas como algo a suprimir e como um problema a se resolver. Os usuários de *crack* se tornaram alvo de práticas que são propostas de cuidado, como as equipes de consultório na rua, mas, que vêm, por vezes, acompanhadas de medidas repressivas.

Desde o início das políticas públicas para a Cracolândia, pode-se observar o uso da violência estatal em operações como a de “tolerância zero”, obedecendo a uma lógica de limpeza social que visou excluir os considerados indesejáveis. Governos se sucederam, e, em um processo que demandaria um quarto de século, a cena aberta de consumo de *crack* se estendeu de umas poucas ruas no bairro da Santa Ifigênia até incluir a Praça Júlio Prestes para, posteriormente, ser restringida às cercanias dessa praça.

Procurou-se aqui produzir um quadro sintético das políticas levadas à frente na Cracolândia, por sucessivos

governos estaduais e municipais, que acabaram por conformá-la do modo como se apresenta no final da segunda década do século XXI. Pode-se perceber um período de 15 anos, que vai de 1997 até 2012, em que as ações do poder público são marcadas por operações violentas, sem a maior preocupação com o cuidado em saúde e assistência social para os consumidores de *crack*. Apenas em 2013, com a Tenda do DBA, que se deu início a uma primeira tentativa de tratar a ocupação daquele espaço por uma cena aberta de uso de *crack* como uma questão a ser resolvida por um pacote de direitos⁽⁸⁾; em uma política pública que pretendia ser integrada⁽⁹⁾.

Os poderes públicos poderiam ter iniciado, em 2013, uma nova era de políticas para a Cracolândia, dando fim à etapa inicial de 15 anos, marcada por operações sem maiores consequências; além da prática da violência, como foi o caso das operações Limpa (2005) e Sufoco (2012). A prefeitura e governo estadual pareciam ter optado por uma nova era, caracterizada por programas como o DBA, Redenção e Recomeço, mas não foi o que ocorreu. O programa Redenção, na Cracolândia, foi encerrado melancolicamente com a ocupação do equipamento, que antes servira ao DBA, pelo crime organizado. O programa Recomeço, que permanece com sua sede na cena de uso, não integrada

às políticas sociais⁽⁹⁾, não tem por objetivo oferecer moradia e acesso à renda para as centenas de pessoas que se aglomeram no “fluxo”.

Comparação crítica com a literatura pertinente e interpretação dos achados

Em meados dos anos 1990, o consumo do *crack* no território que viria se chamar Cracolândia se tornou objeto de exposição na mídia; o ano de 1997 inaugurou um longo período de operações, quase exclusivamente repressivas, que duraria até 2012. Essas operações não teriam apenas impacto nos deslocamentos⁽¹³⁾ da cena de uso pelo território, as chamadas procissões do *crack*. A Operação Limpa, em meados dos anos 2000, traria também consequências para alguns pequenos hotéis que, para Raupp e Adorno⁽²⁶⁾, ocasionariam “modificações nos circuitos de uso de *crack*”. Novamente, segundo estes autores, o que se destacava nessa proposta era seu caráter de “limpeza”⁽²⁶⁾ e de controle. A questão principal seria imobiliária, ou seja, mudar o contorno urbano do centro de São Paulo.

Outra decorrência da ocupação das ruas, praças, imóveis abandonados e pequenos hotéis pelos consumidores de *crack* foi a instalação do crime organizado na Cracolândia, representado pela chegada do PCC. O médico Marcelo Clemente, notabilizado pelo trabalho desenvolvido fora do consultório, em meio ao “fluxo”, assistiu à chegada do PCC no território e desde sempre o viu associado a policiais corruptos⁽²¹⁾.

Com a Cracolândia ocupada pelo crime organizado, as operações se sucederam até atingir seu ápice em janeiro de 2012, com a Operação Sufoco, também conhecida como Dor e Sofrimento. O número de abordagens policiais e prisões, que chegou à casa de centenas, e as viaturas policiais arremessadas contra as pessoas fizeram com que um autor⁽²⁷⁾ observasse que foi uma operação “que mal esconde a lógica militarizada de combate ao inimigo e ocupação de seus territórios”. Apesar da violência, a Operação Sufoco fracassou, revelou-se desprovida de planejamento. Se a necropolítica é, no caso emblemático dos campos de concentração nazistas, caracterizada pelo uso de certa racionalidade do tipo instrumental⁽⁵⁾, na Cracolândia, as ações do poder público, até então, são marcadas pela improvisação⁽²⁸⁾.

O fato desta pesquisa ter se estendido até 2020 permitiu ir além de trabalhos anteriores⁽¹⁻²⁾ que se propuseram a produzir linhas do tempo sobre a Cracolândia. Pode-se verificar que o DBA⁽⁸⁾, com sua proposta de acesso à moradia, atenção à saúde e renda, poderia ter iniciado um novo período para as intervenções do poder público naquele território. Embora esta análise não permita afirmar que tenha se imposto uma lógica de redução de danos⁽⁷⁾, as intervenções

passaram a ser marcadas pela execução de programas (DBA, Recomeço e Redenção), e não mais por operações caracterizadas, quase exclusivamente pela violência, que persiste. Com o fim do ATENDE II, o que parece ter se imposto na Cracolândia foi a lógica do proibicionismo⁽⁷⁾, do combate a uma pretensa epidemia⁽¹⁰⁻¹¹⁾ com as práticas repressivas que costumam gerar instabilidade e mobilidade⁽¹³⁾.

Conclusão

Pode-se dividir os primeiros 25 anos de existência da Cracolândia em dois grandes períodos, no que diz respeito às intervenções do poder público: o primeiro, de 1995 a 2012, marcado por operações violentas (Tolerância Zero, Derruba Quarteirão, Limpa, Sufoco ou Dor e Sofrimento); e o segundo, de 2013 a 2020, caracterizado por programas (DBA, Recomeço e Redenção), embora a violência tenha persistido.

Esses 25 anos de história contam como o usuário de *crack*, que ocupa a região central de São Paulo, pôde ser acionado como um objeto de práticas repressivas por sucessivos governos. Na Cracolândia, as violências surgiram em coexistência com as práticas e promessas de cuidado; o nexos dessa coexistência pode ser encontrado se levar em conta que, na periferia do capitalismo, a biopolítica, que, nas formulações de Foucault seria dedicada à produção e à manutenção da vida, cede lugar à produção da morte – a necropolítica⁽⁵⁾. As políticas públicas para a Cracolândia nos primeiros 25 anos de sua existência, de 1995 a 2020, foram marcadas por práticas repressivas, em permanente necropolítica, mesmo com a implantação de programas voltados ao cuidado para com os usuários de *crack*.

Referências

- Frúgoli H Junior, Chizzolini BB. Relações entre Etnografia Face a Face e Imagens do Google Street View: Uma Pesquisa sobre Usuários de Crack nas Ruas do Centro de São Paulo. Gesto Imagem Som [Internet]. 2017 [cited 2020 Aug 12];2(1). Available from: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2017.129197>
- Rui T. Fluxos de uma territorialidade: Duas décadas de “cracolândia” (1995–2014). In: Kowarick L, Frúgoli H Junior, organizators. Pluralidade Urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, Marginalidade, Ativismos Sociais. São Paulo: Editora 34; 2016. p. 225-8.
- Rui T. Diritti e repressione nella “cracolândia”. Riflessioni a partire dal programma De Braços Abertos. Cartografie sociali. Riv Int Sci Sociali [Internet]. 2019 [cited 2020 Sep 18];6. Available from: <https://universitypress.unisob.na.it>
- Arenari B, Dutra R. A construção social da condição de pessoa: premissas para romper o círculo vicioso de

- exclusão e uso problemático do Crack. In: Souza J, organizator. Crack e exclusão social. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania; 2016. p. 191-208.
5. Mbembe A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte Ensaios*. 2016 [cited 2022 Mar 18];32:123-51. Available from: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169?fbclid=IwAR2SAvwKICKMhUpLKAXp540_2BYPGYGhsEOvVA1NVdmgYcnbUt1Gv6fJt24
6. Magalhães TRP. Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da "cracolândia" paulistana [Dissertation]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2016 [cited 2021 Oct 27]. Available from: <https://doi.org/10.11606/D.8.2016.tde-22082016-121815>
7. Teixeira MB, Engstrom E, Ribeiro JM. Revisão sistemática da literatura sobre crack: análise do seu uso prejudicial nas dimensões individual e contextual. *Saúde Debate*. 2017;41:311-30. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711225>
8. Teixeira MB, Lacerda A, Ribeiro JM. Potencialidades e desafios de uma política pública intersetorial em drogas: o Programa De Braços Abertos, de São Paulo, Brasil. *Physis*. 2018;28:1-25. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280306>
9. Garcia, L, Kinoshita, RT, Maximiano, V. Uma perspectiva social para o problema do crack no Brasil: implicações para as políticas públicas. In: Bastos FI, Bertoni N. Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz/ICICT; 2014. p.147-55.
10. Bastos FIPM, Vasconcellos MTL, De Boni RB, Reis NB, Coutinho CFS. III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz/ICICT; 2017.
11. Nappo AS, Sanchez ZVDM, Ribeiro LA. Avaliação e conduta em situações específicas: troca do sexo por crack. In: Ribeiro M, Laranjeira R, organizators. O tratamento do usuário de crack. Porto Alegre: Artmed; 2012.
12. Medeiros R. A epidemia do crack: a quem interessa. In: Sudbrack MFO, Conceição MIG, Silva IM, Lordello SR, organizators. ABRAMD: compartilhando saberes. Brasília: Technopolitik; 2015. p.208-24.
13. Peiter P, Belmonte P, Teixeira M, Cobra G, Lacerda A. Homeless crack cocaine users: Territories and territorialities in the constitution of social support networks for health. *Soc Sci Med* [Internet]. 2019 [cited 2020 Nov 22];227:111-8. Available from: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/35435>
14. Salvador AD. Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica. Porto Alegre: Sulina; 1986.
15. Costa C Junior, Souza G. Vizinhos da Cracolândia: a memória de quem viu um mundo paralelo se erguer na região da Luz. São Paulo: Edição dos Autores; 2014.
16. Alves YDD, Pereira PPG. Sob fogo cruzado: antecedentes, construção e desmonte do programa De Braços Abertos na Cracolândia paulistana. Salvador: Cetad/UFBA; 2019.
17. Simões R. CPI do narcotráfico – relatório final. Diário Oficial do Estado de São Paulo. 2002 Jun 22 [cited 2017 Oct 16]. Available from: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/cpi_narcotrafico_relatorio_final.pdf
18. Alves Y. Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo. Salvador: EdUFBA/Cetad; 2017.
19. Bastos S, Salles M. História urbana e hospitalidade: o bairro de Santa Ifigênia/São Paulo. In: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão; 2008 Sep 8-12; São Paulo, Brazil. São Paulo: ANPUH; 2008.
20. Silva SL, Adorno RCF. A etnografia e o trânsito das vulnerabilidades em territórios de resistências, registros, narrativas e reflexões a partir da Cracolândia. *Saude Transform Soc* [Internet] 2013 [cited 2021 Aug 02];4(2):21-31. Available from: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/2240/2628>
21. Clemente M. A Cracolândia dia a dia. São Paulo: Giostri; 2016.
22. Trigo A. Estado laico, acolhimento religioso: as discrepâncias no atendimento aos dependentes químicos em São Paulo. Último Andar [Internet]. 2015 [cited 2021 Oct 27];26:35-47. Available from: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/26123>
23. Souza, BR Internação psiquiátrica compulsória: estudo exploratório a partir da experiência no Anexo Judiciário no CRATOD. *Rev Jur Esc Sup Min Pub São Paulo*. 2015;8:149-70.
24. Ribeiro M, Duailibi S, Frajzinger R, Alonso ALS, Marchetti L, Williams AV, et al. The Brazilian "Cracolândia" open drug scene and the challenge of implementing a comprehensive and effective drug policy. *Addiction*. 2016;111(4):571-3. <https://doi.org/10.1111/add.13151>
25. Teixeira MB, Lacerda A, Ribeiro JM. Potencialidades e desafios de uma política pública intersetorial em drogas: o Programa "De Braços Abertos" de São Paulo, Brasil. *Physis*. 2018;28(03):e280306. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280306>
26. Raupp LM, Adorno, R. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo. *Ciênc Saúde Coletiva* [Internet]. 2011 [cited 2017 Nov 22];16(5). Available from: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63018749031>
27. Magalhães TRP. Campos de disputa e gestão do espaço urbano: a Operação Sufoco na "cracolândia" paulistana. *Ponto Urbe*. 2017;21. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3615>

28. Alves YD, Pereira PPG. Necropolítica, drogas e ações governamentais na Cracolândia. Barbarói [Internet]. 2021 [cited 2022 Mar 18];1(60). Available from: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/15442>

Contribuição dos autores

Concepção e desenho da pesquisa: Ygor Diego Delgado Alves, Pedro Paulo Gomes Pereira. **Obtenção de dados:** Ygor Diego Delgado Alves, Pedro Paulo Gomes Pereira. **Análise e interpretação dos dados:** Ygor Diego Delgado Alves, Pedro Paulo Gomes Pereira. **Análise estatística:** Ygor Diego Delgado Alves, Pedro Paulo Gomes Pereira. **Obtenção de financiamento:** Ygor Diego Delgado Alves, Pedro Paulo Gomes Pereira. **Redação do manuscrito:** Ygor Diego Delgado Alves, Pedro Paulo Gomes Pereira. **Revisão crítica do manuscrito quanto ao conteúdo intelectual importante:** Ygor Diego Delgado Alves, Pedro Paulo Gomes Pereira.

Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Conflito de interesse: os autores declararam que não há conflito de interesse.

Recebido: 27.10.2021

Aceito: 21.12.2022

Autor correspondente:
Ygor Diego Delgado Alves
E-mail: antropologiaygor@yahoo.com.br
 <https://orcid.org/0000-0002-6730-3255>

Copyright © 2023 SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.
Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY.

Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.